



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO



MANUAL DO AGENTE ECONÓMICO

MÓDULO XII

SAÚDE

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO E PROMULGAÇÃO DO MANUAL.....	6
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO MANUAL DO INSPECTOR	7
3.	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA INAE	8
3.1.	Legislação que regula a INAE e a Actividade Inspectiva em Moçambique	8
3.2.	Estrutura Orgânica da INAE	8
3.3.	Requisitos Funcionais da INAE	11
4.	A ACTIVIDADE INSPECTIVA NOS DIFERENTES SECTORES.....	13
4.1.	O papel do Agente Económico na Actividade Inspectiva	13
4.2.	A Atitude do Agente Económico perante as visitas de Inspecção	13
4.3.	Requisitos Legislativos e Normativos Transversais às diversas Operações Económicas	14
4.4.	Gestão da Não Conformidade na sequência de Acções Inspectivas	17
	REGISTO DE ALTERAÇÃO DO MANUAL	18

INSPECÇÃO POR ÁREA DE OPERAÇÃO DO AGENTE ECONÓMICO

MÓDULO I - CULTURA

1.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE CULTURA

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Cultura

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área da Cultura

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas da Cultura

MÓDULO II – DESPORTO

2.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE DESPORTO

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Desporto

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área do Desporto

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas do Desporto

MÓDULO III – EDUCAÇÃO

3.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Educação

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área da Educação

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas da Educação

MÓDULO IV – ENERGIA

4.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE ENERGIA

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Energia

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Energia

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas de Energia

MÓDULO V – INDÚSTRIA

5.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DA INDÚSTRIA

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações da Indústria

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área da Indústria

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas da Indústria

MÓDULO VI – COMÉRCIO

6.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DO COMÉRCIO

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Comércio

Legislação Geral Comércio

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área do Comércio Geral

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas do Comércio Geral

Legislação Comércio Alimentar

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Comércio (alimentar)

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área do Comércio (alimentar)

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas de Comércio (alimentar)

MÓDULO VII – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSULTORIA

7.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONSULTORIA

PUBLICIDADE

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Prestação De Serviços de Publicidade

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área da Publicidade

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas de Prestação de Serviços de Publicidade

ACTIVIDADES POSTAIS INDEPENDENTES DOS CORREIOS NACIONAIS

Requisitos Legislativos e Normativos para Actividades Postais Independentes dos Correios Nacionais

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Actividades Postais Independentes dos Correios Nacionais

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade das Actividades Postais Independentes dos Correios Nacionais

ACTIVIDADES DE CONSTRUÇÃO, VENDA E TRANSMISSÃO DE CASA

Requisitos Legislativos e Normativos para Actividades de Construção, Venda e Transmissão de Casa

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Actividades de Construção, Venda e Transmissão de Casa

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade das Actividades de Construção, Venda e Transmissão de Casa

AGÊNCIAS DE EMPREGO

Requisitos Legislativos e Normativos para Agências de Emprego

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Agências de Emprego

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade para Agências de Emprego

EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA

Requisitos Legislativos e Normativos para Empresas de Segurança Privada

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Empresas de Segurança Privada

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade para Empresas de Segurança Privada

ACTIVIDADES JURÍDICAS E CONTABILIDADE

Requisitos Legislativos e Normativos para Actividades Jurídicas e Contabilidade

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Actividades Jurídicas e Contabilidade

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade para Actividades Jurídicas e Contabilidade

SEGURADORAS

Requisitos Legislativos e Normativos para Seguradoras

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área das Seguradoras

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade para Seguradoras

SERVIÇOS FINANCEIROS

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Prestação De Serviços Financeiros

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Prestação de Serviços Financeiros

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas de Prestação de Serviços Financeiros

TRANSMISSÃO AUDIOVISUAL

Requisitos Legislativos e Normativos para Transmissão Audiovisual

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Prestação de Serviços de Transmissão Audiovisual

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade para Transmissão Audiovisual

MÓDULO VIII – TRANSPORTES

8.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE TRANSPORTES

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Transporte

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área dos Transportes

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas de Transporte

MÓDULO IX – AMBIENTE

9.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DO AMBIENTE

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Ambiente

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Ambiente

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações Económicas de Ambiente

MÓDULO X – SEGURANÇA NO TRABALHO

10.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE SEGURANÇA NO TRABALHO

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Segurança no Trabalho

Check List da Inspeção nas operações Segurança no Trabalho

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações de Segurança no Trabalho

MÓDULO XI – TURISMO

11.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE TURISMO

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações de Turismo

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Turismo

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações de Turismo

MÓDULO XII – SAÚDE

12.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DA SAÚDE

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações Da Saúde

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área da Saúde

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações da Saúde

MÓDULO XIII – TABACO

13.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE TABACO

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações De Tabaco

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Tabaco

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações de Tabaco

MÓDULO XIV – CONSTRUÇÃO

14.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE CONSTRUÇÃO

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações De Construção

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Construção

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações de Construção

MÓDULO XV – JOGOS

15.DEFINIÇÃO DAS ACTIVIDADES INCLUÍDAS NA ÁREA DE JOGOS

Requisitos Legislativos e Normativos para as Operações De Jogos

Check List da Inspeção nas operações Económicas na área de Jogos

Sanções aplicáveis e Gestão da Não Conformidade nas operações de Jogos

1. APRESENTAÇÃO E PROMULGAÇÃO DO MANUAL

O/A (Cargo da Pessoa que promulga o Manual), representante da (nome da Entidade), pela presente declaração, promulga esta edição do Manual do Inspector, manual este que tem como objectivo apoiar o Agente Económico a identificar a legislação aplicável ao seu sector de negócio e posteriormente implementar para que melhor preste os serviços e produtos a que se propõe e que não fique sujeito a sanções e multas aquando das actividades inspectivas realizadas pela Inspecção Nacional de Actividades Económicas.

Este manual deverá ser actualizado sempre que se verifique a alteração e/ou produção de nova legislação aplicável aos sectores abrangidos pelo mandato da INAE.

Maputo, Junho de 2018

2. CONTEXTUALIZAÇÃO, OBJECTIVOS, ORGANIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO MANUAL DO INSPECTOR

Este manual surgiu no contexto da necessidade de ter um documento que apoie tanto a INAE na condução das inspecções que fazem parte das actividades para as quais se encontra mandatada, como para guiar o Agente Económico na implementação dos requisitos aos quais se encontra legalmente sujeito.

Tem como objectivo dar a conhecer ao Agente Económico a legislação aplicável e consequentemente harmonizar o entendimento sobre os requisitos que a INAE tem como referência nas suas actividades inspectivas e o que os agentes económicos devem cumprir no âmbito do desempenhar das suas actividades.

O documento encontra-se estruturado e dividido pelas seguintes áreas: legislação transversal aplicável a todos os sectores, legislação específica dos sectores que fazem parte do âmbito de actuação da INAE, checklist com os requisitos aplicáveis que constam tanto na legislação transversal como na legislação geral e que servem como referência aquando da realização das inspecções da INAE, sanções aplicáveis em situação de incumprimento dos requisitos aplicáveis e proposta de documento para registo, tratamento e monitorização das constatações encontradas.

A consulta deste manual deverá iniciar com uma consulta à legislação aplicável (tanto a transversal como a específica) dado que outros requisitos se poderão aplicar, fora do âmbito de actuação da INAE.

Posteriormente encontrar-se-ão as diversas checklist (listas de verificação) que apresentam os requisitos aplicáveis aos vários sectores e que serão objecto de inspecção por parte da INAE. Caso sejam detectadas não-conformidades no cumprimento dos requisitos aplicáveis, tanto a INAE como o Agente Económico poderão utilizar as fichas de não-conformidade para registo, tratamento e monitorização das acções a serem implementadas com vista à resolução das situações detectadas.

Espera-se que este Manual/Manual ajude a harmonizar o entendimento sobre a legislação aplicável aos diversos sectores, facilite a sua disseminação e implementação, permitindo que Moçambique possa beneficiar de produtos e serviços mais justos, com melhor qualidade, que garantam maior confiança a todos os utilizadores e que tornem o país mais competitivo.

A consulta dos documentos acima mencionados e do presente manual/manual não dispensa a consulta e confirmação da legislação em vigor. Os utilizadores deste documento deverão ter em atenção que este manual/manual foi criado tendo em consideração a legislação em vigor no momento da sua elaboração. Qualquer revisão à legislação aplicável não se reflecte neste documento, mas apenas nas revisões seguintes.

3. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA INAE

3.1. Legislação que regula a INAE e a Actividade Inspectiva em Moçambique

Documento	Descrição
Decreto 43/2017	Revisão do Decreto 46/2009, que cria a INAE

3.2. Estrutura Orgânica da INAE

A Inspeção Nacional de Actividades Económicas (INAE) é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Foi criada pelo Decreto nº 46/2009 de 19 de Agosto, tendo sido revisto pelo Decreto 43/2017 que redefine e clarifica as suas actuais competências e tutela, ajustando assim o papel da INAE à realidade do país na área económica.

A INAE é tutelada sectorialmente pelo Ministro que superintende a área da Indústria e Comércio.

Com a aprovação do Decreto nº 43/2017, verificou-se a necessidade de se proceder à revisão do Estatuto Orgânico da INAE de modo a acomodar as matérias previstas no respectivo decreto, com o objectivo de melhorar o funcionamento e desempenho da INAE face aos desafios impostos pela conjuntura actual.

Fazem parte das competências da INAE:

- Fiscalizar todos os locais onde se proceda a qualquer actividade industrial, comercial ou prestação de serviços, designadamente de produtos acabados e/ou intermédios, armazéns, escritórios, cargas transportadas ou em trânsito no território nacional, entrepostos frigoríficos, empreendimentos turísticos, agências de viagens e agentes de turismo, estabelecimento de restauração e bebidas e salas de danças, empresas de animação turística, estabelecimento de bebidas, cantinas, refeitórios, armazéns portuários e terminais de cargas, recintos de diversão, estabelecimentos de produção e realização de espectáculos desportivos e/ou recreativos, estabelecimentos de produção desportivas e de publicidade;
- Promover acções de natureza preventiva em matéria de infracções contra qualidade, genuinidade, composição, aditivos alimentares e outras substâncias e de rotulagens dos géneros alimentícios para consumo humano e dos alimentos para animais;
- Fiscalizar a legalidade do exercício da actividade de abate, preparação, tratamento e armazenamento de produtos de origem animal;
- Fiscalizar em coordenação com outros organismos competentes, a oferta de produtos e serviços, prevenir acções de açambarcamento em bens considerados essenciais ao abastecimento;
- Fiscalizar a legalidade da exploração da energia em instalações eléctricas e em postos de abastecimento de combustíveis;
- Fiscalizar a conservação e venda dos produtos de pesca no mercado nacional;
- Aplicar multas por infracções diversas nos termos da legislação aplicável;

- h) Proceder ao encerramento de actividades económicas ilegais;
- i) Promover, junto dos interessados, acções de divulgação da legislação sobre o exercício das actividades económicas cuja fiscalização lhe esteja atribuída;
- j) Fiscalizar a legalidade dos direitos da propriedade industrial, direitos de autor e conexos;
- k) Fiscalizar os espectáculos e divertimentos públicos;
- l) Promover e realizar, em articulação com as outras entidades de apoio empresarial, acções de divulgação da legislação e boas práticas do exercício das actividades económicas;
- m) Fiscalizar as operações do comércio externo;
- n) Verificar pelo cumprimento das leis, regulamentos, despachos e demais normas que disciplinam a actividade económica;
- o) Estabelecer relações com organismos similares e afins, nacionais ou estrangeiros.
- p) Realizar quaisquer outras actividades que lhe sejam incumbidas por lei.

A INAE é constituída pelos seguintes órgãos:

a) Conselho Consultivo;

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta convocado e dirigido pelo Inspector-geral, responsável pela avaliação e coordenação da acção da INAE a nível nacional. As funções e composição do Conselho Consultivo encontram-se anexadas a este manual (Anexo1 – Estatutos da INAE).

b) Conselho de Direcção;

O Conselho de Direcção é o órgão de direcção-geral, cabendo-lhe pronunciar-se sobre matérias inerentes às actividades da INAE e presidido pelo Inspector-Geral. As funções e composição do Conselho de Direcção encontram-se anexadas a este manual (Anexo1 – Estatutos da INAE).

c) Conselho Técnico

O Conselho Técnico é um órgão de natureza técnica de aconselhamento e apoio ao Inspector Geral, convocado e dirigido pelo Inspector-Geral. As funções e composição do Conselho Técnico encontram-se anexadas a este manual (Anexo1 – Estatutos da INAE).

A INAE apresenta a seguinte estrutura:

a) Direcção;

A INAE é dirigida por um Inspector-geral coadjuvado por um Inspector-geral adjunto, ambos pelo Primeiro-Ministro, sob proposta do Ministro que superintende a área da Indústria e Comércio.

b) Direcção de Operações de Pesquisa e Inteligência Económica (DOPIE)

Esta Direcção tem como funções, entre outras, definir as acções estratégicas para melhor implementação das linhas de investigação e inteligência da INAE. Igualmente, deve operacionalizar parcerias com instituições congéneres e com individualidades de reconhecido mérito na área de investigação e inteligência.

A DOPIE é composta pelo Departamento de Operações de Pesquisa Económica e pelo Departamento de Operações de Inteligência Económica.

c) Direcção de Operações da Indústria, Comércio, Turismo e Transportes (DOICT)

A DOICT é responsável por elaborar e garantir a execução do PES e do plano de actividades, assim como verificar o cumprimento dos Regulamentos e normas técnicas de segurança, higiene e preservação ambiental das instalações onde proceda actividades.

Fazem parte da DOICT o Departamento de Operações da Indústria e Comércio e pelo Departamento de Operações de Turismo e Transportes.

d) Direcção de Operações da Educação, Cultura; Desporto (DOECD);

A DOECD tem como algumas das suas atribuições garantir a coordenação e operacionalização nas áreas da sua especialização, assim como assegurar a fiscalização dos recintos de diversão, estabelecimento de produção e realização de espectáculos, recintos de produção e comercialização de matérias desportivas.

Da sua estrutura faz parte o Departamento de Educação, Cultura e Desportos.

e) Gabinete Jurídico e Contencioso;

Este gabinete tem como responsabilidade emitir pareceres jurídicos sobre os assuntos relacionados com a actividade da INAE, assim como manter actualizada a base de dados sobre estudos, legislação e outros diplomas relevantes, para as actividades e funcionamento da INAE.

O Gabinete Jurídico e Contencioso é composto pelo Departamento de Contencioso e pelo Departamento de Auditoria Interna.

f) Departamento de Planificação e Cooperação (DPC);

O DPC é responsável por coordenar o processo de planificação da INAE, elaborar com participação das demais unidades orgânicas, a proposta do plano de actividades e orçamento e dos relatórios da INAE, entre outras responsabilidades que assistem este departamento.

Deste departamento fazem parte a Repartição de Planificação e a Repartição de Cooperação.

g) Departamento de Administração e Finanças (DAF);

O DAF tem como função elaborar propostas de orçamento de funcionamento e de investimento bem como respectiva prestação de contas, a serem escrituradas nos respectivos livros de registo. Igualmente fazem das suas funções garantir a segurança, manutenção e utilização correcta das instalações da instituição.

O DAF é composto pela Repartição de Salários e Orçamentos e pela Repartição de Administração e Finanças.

h) Departamento dos Recursos Humanos (DRH);

O Departamento de Recursos Humanos é responsável por elaborar, gerir e manter actualizado o quadro do pessoal da INAE, assegurando a execução de normas de selecção, contratação, progressão e promoção do pessoal. É igualmente responsável por implementar o plano de formação académica e profissional dos funcionários da INAE.

Deste Departamento fazem parte a Repartição de Administração e Gestão do Pessoal e a Repartição de Formação.

i) Departamento de Comunicação, Imagem e Relações Públicas (DCIRP);

Este departamento é responsável por promover e difundir a imagem da INAE, divulgar a informação sobre actividades desenvolvidas pela INAE, no âmbito da fiscalização e inspecção das actividades económicas, entre outras atribuições que fazem parte das suas responsabilidades.

j) Departamento de Aquisições (DA);

O DA é responsável por efectuar o levantamento das necessidades de aquisições em articulação com a unidade orgânica da administração e finanças e desenvolver o respectivo plano anual.

k) Departamento de Tecnologias e Sistemas de Informação (DTSI).

O DTSI tem como atribuições conceber e propor políticas e estratégias para as tecnologias de informação e comunicação da INAE, tendo em vista o incremento e melhoria da qualidade dos serviços prestados, assim como o aumento da eficiência e a racionalização de custos.

As áreas de Saúde e Ambiente pela sua natureza transversal encontram-se intrinsecamente ligadas às actividades das Direcções de Operações.

No anexo I encontra-se o Regulamento Interno da INAE onde se descreve em detalhe todas as atribuições das diversas Direcções, Departamentos e Repartições que fazem parte da INAE.

3.3. Requisitos Funcionais da INAE

A actividade inspectiva

A actividade inspectiva é uma actividade que é exercida de forma educativa, de modo a prestar aos agentes económicos informações e recomendações no sentido de sensibilizá-los sobre a importância do cumprimento dos procedimentos constantes na legislação, regulamentos e normas referentes ao exercício das suas actividades figurando a aplicação da multa como último recurso.

A fiscalização e inspecção do exercício das actividades económicas rege-se pelos princípios da Administração Pública, sendo aplicáveis as normas de funcionamento da Administração Pública, o Código Penal, o Código de Processo Penal e legislação complementar.

Consiste num conjunto de actividades atribuídas a uma entidade inspectora com vista a garantir o cumprimento da legislação e normas obrigatórias referentes às actividades económicas, que resultar de um plano da entidade inspectora, ou também resultar de denúncias, queixas e reclamações apresentadas por terceiros.

A actuação da INAE

Como documentos de referência para a actividade de inspecção, a INAE conta com a legislação sectorial em vigor em Moçambique, com as normas classificadas com carácter obrigatório em Moçambique, bem como com documentos publicados internacionalmente e que tenham sido adoptados por Moçambique, como é o caso do Codex Alimentarius.

Com regularidade a INAE coopera com entidades inspectoras de outros países com o objectivo das partes beneficiarem do intercâmbio de experiências, actualizarem, harmonizarem e melhorarem as suas práticas e abordagens.

Para realizar as actividades de inspecção a nível nacional, a INAE conta com um corpo técnico de inspectores que se encontram divididos pelas direcções apresentadas no organograma acima apresentado. Dada a natureza multisectorial dos sectores que se encontram no âmbito da inspecção, sempre que se justifique necessário complementar as competências e conhecimentos técnico-profissionais, as brigadas da INAE coordenam as actividades com elementos de sectores específicos, nomeadamente elementos do Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Ministério da Indústria e Comércio, entre outros.

Os inspectores quando em serviço de inspecção e fiscalização devem estar devidamente identificados através de um cartão de inspector, ou na falta deste, por uma credencial as quais devem especificar os objectivos da acção.

A brigada deve ser constituída no mínimo por dois (2) inspectores, sendo um o chefe, nomeados superiormente.

O chefe da brigada planifica a acção inspectiva e dirige as operações no terreno e deve possuir todo o equipamento necessário, todos os formulários de suporte necessários para a acção inspectiva, nomeadamente:

- a) Ficha do agente Económico
- b) Auto de notificação
- c) Auto de notícia
- d) Auto de cativação
- e) Auto de apreensão
- f) Auto de destruição.

No acto de inspecção a brigada deve consultar e preencher a ficha do Agente Económico, em triplicado cuja original fica com o agente, cópia no processo respectivo estabelecimento e outra no livro do controle

Quando no exercício das suas funções, os inspectores verificarem ou comprovarem infracções às normas referentes ao exercício das actividades económicas levantam os correspondentes autos de notícia que devem ser assinados por todos os membros da brigada, e pelo infractor.

4. A ACTIVIDADE INSPECTIVA NOS DIFERENTES SECTORES

4.1. O papel do Agente Económico na Actividade Inspectiva

Como referido anteriormente, a actividade inspectiva é uma actividade que é exercida de forma educativa, de modo a prestar aos agentes económicos informações e recomendações no sentido de sensibilizá-los sobre a importância do cumprimento dos procedimentos constantes na legislação, regulamentos e normas referentes ao exercício das suas actividades.

Compete ao agente económico manter-se informado e actualizado sobre as matérias que dizem respeito à actividade que desempenha.

O agente económico tem igualmente o dever de assegurar os recursos necessários para dar cumprimento à legislação, regulamentos e normas aplicáveis para que, de forma preventiva, seja um agente económico que garanta a qualidade dos produtos e serviços prestados ao consumidor.

A eficácia da actividade inspectiva depende também da colaboração apresentada pelo agente económico, sendo que este tem a obrigação de facilitar ou proporcionar o acesso e fornecer todos os elementos de informação necessários à prossecução das suas atribuições e competências.

Deve ser assegurado aos inspectores, desde que devidamente identificados e no exercício das suas funções:

- a) Livre acesso aos locais de fiscalização e inspecção, bem como de permanência neles, pelo tempo necessário à missão específica;
- b) Facilidades inerentes a realização da acção de fiscalização e inspecção;
- c) O fornecimento de documentos e informações em poder da entidade inspecionada;
- d) O agente económico deve denunciar qualquer tentativa de corrupção feita por qualquer integrante da brigada Inspectiva ao Gabinete Central de Combate à Corrupção ou ao superior hierárquico da entidade fiscalizadora.

A recusa no fornecimento de quaisquer informações ou elementos solicitados pelo inspector, bem como falta injustificada da devida colaboração por parte do agente económico a inspecionar, tentativa de suborno ou corrupção constitui infracção punível nos termos da legislação aplicável, sendo objecto de participação imediata ao Ministério Público.

Caso seja multado ou sofra alguma sanção com a qual não concorde, tem a opção de apresentar uma reclamação e/ou um recurso.

4.2. A Atitude do Agente Económico perante as visitas de Inspecção

Aconselha-se que na presença de um Inspector, as seguintes regras de comportamento sejam adoptadas:

- Assegure-se de que o(s) elemento(s) que visita(m) a exploração é(são) inspector(es) devidamente autorizado(s)/credenciado(s) para o efeito;
- Disponibilize a documentação e informação que lhe são solicitadas, demonstrando espírito de cooperação e respeito pelo Inspector. Lembre-se que o Inspector não é

um inimigo, mas sim alguém mandatado pelo Estado para verificar o bom cumprimento das leis/normas em vigor;

- Procure compreender quais as não conformidades que foram detectadas e como deverá actuar para a sua correcção. Se tem dúvidas, insista no seu esclarecimento. Antes de abandonarem o local inspecionado, os inspectores devem sempre, comunicar o termo da missão ao responsável do estabelecimento ou empresa ou o seu representante e informar sobre as constatações e recomendações mediante o preenchimento da ficha do agente económica;
- Em momento algum procure corromper o Inspector ou aceitar qualquer proposta de corrupção – estará a contribuir para a corrupção do sistema e poderá sofrer severas penalidades caso a tentativa de corrupção seja denunciada pelo próprio inspector ou por terceiros;
- Solicite a cópia da ficha do Agente Económico ao Inspector, de modo a garantir que conserva o histórico destas acções na sua exploração e que no futuro o mesmo está disponível para apresentar a outras entidades.

4.3. Requisitos Legislativos e Normativos Transversais às diversas Operações Económicas

Apresentação da Legislação Transversal que Agente e Inspector devem considerar na Inspeção a estas operações.

Área	Documento	Descrição
Legislação e Normas de Saúde, Segurança	Decreto 11/2007	Aprova o Regulamento do Consumo e Comercialização do Tabaco
	Diploma Ministerial 21/2017	Regulamento de fixação de preços de Medicamentos
	Lei nº 12/2017	Lei de medicamento, vacinas e outros produtos biológicos para o uso humano e revoga a Lei nº 4/98, de 14 de Janeiro
	Despacho de 19/06/2017 do Ministério da Saúde	Determina que todos medicamentos importados devem ser sujeitos a uma testagem analítica para a comprovação da qualidade antes do embarque, a fim de garantir que todos os produtos farmacêuticos em circulação no território nacional sejam seguros, eficazes e de boa qualidade
	Despacho de 25 de Abril de 2014	Acesso dos Delegados de Informação Médica aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde
	Decreto 55/2010	Regulamento sobre o Banimento do Amianto e seus Derivados

	Despacho de 23 de Março de 2010	Boas práticas de Importação, Distribuição e Exportação de Medicamentos
	Despacho de 3 de Fevereiro	Registo de Documentos pelo Fabricante de Produto
	Lei 24/2009	Exercício da Medicina Privada
	Decreto 22/99	Regulamento de Registo de Medicamentos
	Decreto 21/99	Regulamento do Exercício da Profissão Farmacêutica
	Lei 26/91	Autoriza a prestação de cuidados de saúde por pessoas singulares ou colectivas de direito privado
	Diploma Ministerial 242/2011	Licenciamento e Atribuição de Alvarás a Farmácias, Drogarias, Ervanárias e Postos de Medicamentos
	Diploma Ministerial 54/2010	Lista de Medicamentos Essenciais
	Decreto 9/92	Regulamento de Prestação de Cuidados de Saúde por Entidades Privadas
	Diploma Ministerial 74/2016	Procedimentos para eliminação de produtos farmacêuticos
	Diploma Ministerial 60/2017	Normas clínicas sobre Aborto Seguro, Cuidados Pós-Aborto
	Decreto 62/2013	Aprova o Regulamento que estabelece o Regime Jurídico de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e revoga o Diploma Legislativo nº 1706, de 19 de Outubro de 1957
	Diploma Legislativo 48/73	Aprova o Regulamento Geral de Higiene e Segurança no Trabalho nos Estabelecimentos Industriais
	Lei 23/2007	Lei do Trabalho
	Diploma Ministerial 26/2017	Manual de Procedimentos da Acção Inspectiva, o qual estabelece as linhas de orientação que simplificam, facilitam, harmonizam e sistematizam os procedimentos relativos à actividade inspectiva direccionando rotinas e condutas tornando assim previsível nos destinatários e partes interessadas a actuação dos inspectores de trabalho e uniformizando a sua actuação
	Lei 19/2014	Lei de Protecção da Pessoa, do Trabalhador e do Candidato a Emprego Vivendo com HIV e SIDA
	Decreto 11/2006	Aprova o regulamento para inspecção ambiental

Legislação e Normas de Ambiente	Lei nº 20/97	Aprova a Lei do Ambiente
	Decreto 94/2014	Aprova o Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
	Decreto 25/2011	Aprova o regulamento sobre o Processo de Auditoria Ambiental
	Diploma Ministerial 58/2017	Aprova as Normas Complementares para o Licenciamento de Inspectores e Laboratórios Privados de sementes
	Decreto 34/2016	Regulamento sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Silvestre Ameaçados de Extinção
	Diploma Ministerial 16/2017	Actualiza e adequa os modelos para o licenciamento florestal
Legislação e Normas de Ambiente	Decreto nº 21/2017	Regime Jurídico de Utilização do Espaço Marítimo Nacional
	Decreto 45/2006	Regulamento para a prevenção da poluição e protecção do ambiente marinho e costeiro
	Decreto 83/2014	Regulamento sobre Gestão de Resíduos Perigosos
	Decreto 24/2008	Aprova o Regulamento sobre a Gestão das Substâncias que Destroem a Camada de Ozono
	Resolução 78/2009	Concernente ao banimento da importação, exportação, produção, comercialização e trânsito de substâncias que destroem a camada de ozono
	Decreto 12/2002	Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia
	Lei 10/99	Protecção, conservação e utilização sustentável dos recursos florestais e faunísticos
	Decreto 30/2012	Define os requisitos para a exploração florestal em regime de licença simples e os termos, condições e incentivos para o estabelecimento de plantações florestais e revoga os artigos 16, 18 e 20 do Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia, aprovado pelo Decreto 12/2002
	Decreto 18/2004	Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes
	Decreto 54/2015	Aprova o regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental e revoga os

		decretos 45/2004, de 29 de Setembro e 42/2008, de 4 de Novembro
	Decreto 2/2016	Altera o Decreto n.º 80/2010, de 31 de Dezembro, que cria a Agência Nacional para Controlo da Qualidade Ambiental e revoga os Decretos n.ºs 5/2003, 6/2003 e 7/2003 ambos de 18 de Fevereiro
Normas de Ambiente	Decreto 8/2003	Regulamento sobre gestão de lixo biomédicos
	NM 339: 2011	Resíduos sólidos – Classificação
	NM 596 : 2015	Sacos de plásticos – Requisitos e métodos de ensaio

4.4. Gestão da Não Conformidade na sequência de Acções Inspectivas

Durante a actividade de inspecção, os inspectores verificarão o cumprimento, por parte agentes económicos, dos requisitos legais e normativos. O incumprimento dos requisitos poderá ter diferentes consequências, dependendo da gravidade do incumprimento. Estas consequências tanto poderão ser apenas advertências, como também poderão caracterizar-se, entre outras medidas, pela suspensão ou mesmo encerramento da actividade.

Perante situações de não-conformidade, o agente económico terá a responsabilidade de as resolver nos prazos previstos pela lei. Esta resolução passará por investigar a causa das não-conformidades, proceder à correcção das situações detectadas e definir as acções correctivas no sentido de minimizar ou eliminar as hipóteses de recorrência do constatado.

Estas acções deverão estar registadas constituindo um histórico e evidência do tratamento que as situações detectadas mereceram. O tratamento consiste em identificar aspectos relevantes tais como a causa do incumprimento, a correcção, a acção correctiva, os prazos para resolução da correcção e acções correctiva, os responsáveis por resolver e monitorizar a resolução, os recursos necessários, entre outros aspectos. De modo a facilitar o registo e a identificação destes aspectos relevantes, foi produzido um formulário que se encontra em anexo. Pretende-se que o formulário (ou outro equivalente com a mesma informação) seja adoptado pelo agente económico e que seja usado sempre que sejam detectadas situações de incumprimento, tanto pelos inspectores, como internamente ou por clientes.

Caso o agente económico considere relevante, poderá produzir um procedimento para tratamento de não-conformidades. A vantagem de se produzir um procedimento, é que permite harmonizar pelos colaboradores, a metodologia a seguir em situação de incumprimento assim como a identificação das pessoas que deverão assegurar a resolução das situações identificadas.

REGISTO DE ALTERAÇÃO DO MANUAL

Revisão Nº	Páginas revistas	Alterações efectuadas	Data	Validação	
				Elaborou	Aprovou
0		Desenvolvimento do Manual			

Requisitos Legislativos e Normativos para Saúde

Documento	Descrição
Decreto 11/2007	Aprova o Regulamento do Consumo e Comercialização do Tabaco
Diploma Ministerial 21/2017	Regulamento de fixação de preços de Medicamentos
Lei nº 12/2017	Lei de medicamento, vacinas e outros produtos biológicos para o uso humano e revoga a Lei nº 4/98, de 14 de Janeiro
Despacho de 19/06/2017 do Ministério da Saúde	Determina que todos medicamentos importados devem ser sujeitos a uma testagem analítica para a comprovação da qualidade antes do embarque, a fim de garantir que todos os produtos farmacêuticos em circulação no território nacional sejam seguros, eficazes e de boa qualidade
Despacho nº 59/2014 de 25 de Abril de 2014	Acesso dos Delegados de Informação Médica aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde
Decreto nº 55/2010	Regulamento sobre o Banimento do Amianto e seus Derivados
Despacho de 23 de Março de 2010	Boas práticas de Importação, Distribuição e Exportação de Medicamentos
Despacho de 3 de Fevereiro	Registo de Documentos pelo Fabricante de Produto
Lei nº 24/2009	Exercício da Medicina Privada
Decreto nº 22/99	Regulamento de Registo de Medicamentos
Decreto nº 21/99	Regulamento do Exercício da Profissão Farmacêutica
Lei nº 26/91	Autoriza a prestação de cuidados de saúde por pessoas singulares ou colectivas de direito privado
Diploma Ministerial nº 242/2011	Licenciamento e Atribuição de Alvarás a Farmácias, Drogarias, Ervanárias e Postos de Medicamentos
Diploma Ministerial nº 54/2010	Lista de Medicamentos Essenciais
Decreto 9/92	Regulamento de Prestação de Cuidados de Saúde por Entidades Privadas
Diploma Ministerial nº 74/2016	Procedimentos para eliminação de produtos farmacêuticos
Diploma Ministerial nº 60/2017	Normas clínicas sobre Aborto Seguro, Cuidados Pós-Aborto

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Tabaco

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Decreto 11/2007 - Aprova o Regulamento do Consumo e Comercialização do Tabaco				
Redução da demanda de tabaco				
Artigo 3 - Preços e impostos para reduzir a demanda de tabaco				
São aplicadas políticas tributárias e, quando aplicável, políticas de preços elevados nos produtos do tabaco, para a consecução dos objectivos de saúde tendentes a reduzir o consumo do tabaco?				
Artigo 4 - Proibição do fumo				
1. É permitido o uso de cigarros, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro produto do fumo derivado do tabaco em recinto fechado colectivo ou público, tais como, repartições públicas, hospitais, recinto escolar, bibliotecas, ambientes de trabalho, teatros, cinemas e restaurantes, aeronaves, instituições do Estado, nos aeroportos, nas terminais de autocarros fechados, dos comboios e dos navios de passageiros, lugares onde é proibido? (Excepto em locais destinados a fumadores ou ao consumo de produtos do tabaco.)				
2. Permite-se a produção, comercialização, importação e distribuição de alimentos na forma de cigarro, charuto ou qualquer outro produto do fumo derivado ou não do tabaco, sendo proibido?				
3.				
Artigo 5 - Espaço para fumadores/áreas para tabagismo				
Todo o empregador, gerente ou portador de licença para a exploração dos espaços (bares; discotecas; restaurantes; outros espaços públicos onde a actividade principal é a venda de bebidas alcoólicas; clubes nocturnos; casinos;				

outros espaços onde a actividade principal e a provisão de entretenimento; hotéis; pensões; alojamentos; <i>guest house</i> ; e outros espaços onde a acomodação é oferecida por via de aluguer; navios; <i>ferryboats</i> ; comboios; aeroportos; portos e estações ferroviárias; terminais rodoviárias; locais de trabalho) designam um espaço ou área para fumadores, garantindo que: A área para fumadores não exceda 25% da área total do espaço público?				
A área para fumadores está separada do resto do espaço público por paredes sólidas e uma porta de entrada onde está a placa dizendo "área para fumadores", escrita em letras pretas com pelo menos 2 cm de comprimento e 1,5 cm de largura?				
A ventilação da área para fumadores deverá ser direccionada para o exterior do edifício e não recircule para outras áreas?				
Está colocada à entrada da área disposta aos fumadores uma mensagem com o seguinte teor "O tabaco é prejudicial para a sua saúde, saúde das crianças, mulheres grávidas, mães lactentes, e não fumadores"?				
Existem avisos e sinais indicando as áreas onde é permitido fumar e onde não é permitido fumar, devem ser permanentemente expostos e sinais indicando que fumar não é permitido devem ostentar o seguinte aviso: "Qualquer pessoa que não cumprir com este aviso será processado e incorre em pagamento de multa, nos termos da legislação aplicável à matéria"?				
Os operadores de navios de passageiros registados no país, deverão destinam mais de 25% do total de acomodação às áreas para fumadores?				
Os operadores de comboios operando dentro do país com mais de 10 carruagens está destinada não mais de 25% do total do comboio a área para fumadores? Nos casos em que o número de carruagens não exceda 10, apenas 1 carruagem está designada como área para fumadores.				
Artigo 6 - Rótulos das embalagens dos conteúdos dos produtos do tabaco				
Os fabricantes e importadores de produtos de tabaco revelam às autoridades governamentais, nomeadamente Ministérios da Saúde, da Indústria e Comércio, e das Finanças, a informação relativa ao conteúdo e às emissões dos produtos de tabaco, devidamente fundamentada com certificados de Laboratórios internacionalmente reconhecidos de acordo com as normas ISO (Organização Internacional de Normalização e Padronização Standard) contendo informações sobre as seguintes substâncias: nicotina, dióxido de carbono e alcatrão?				

Artigo 7 - Publicidade enganosa e conteúdos das embalagens, maços dos produtos do tabaco				
A publicidade de tabaco promove o patrocínio dum produto do tabaco por qualquer meio, que seja falsa equívocado ou enganoso ou que induz ao erro, a respeito de suas características, efeitos para a saúde, riscos e emissões?				
Toda a publicidade de tabaco e seus produtos, sua promoção e seu patrocínio, encontra-se acompanhada de advertência ou mensagem que indique que fumar é um risco para a saúde ou que indique os malefícios associados ao seu consumo?				
A promoção dos produtos do tabaco é feita através de embalagens que o faça de qualquer forma que seja falsa, equívocada ou enganosa, ou que induz ao erro, com respeito a suas características, efeitos para a saúde, riscos ou emissões, incluindo termos ou expressões, elementos descritivos, marcas de fábrica ou de comércio, sinais figurativos ou de outra classe que tenham o efeito, directo ou indirecto, de criar a falsa impressão de que um determinado produto de tabaco é menos nocivo que outros?				
Em cada embalagem unitária e maços de produtos de tabaco, e em cada embalagem externa e rótulo de tais produtos encontram-se advertências descrevendo os efeitos nocivos do consumo do tabaco, e outras mensagens apropriadas?				
As advertências de saúde nas embalagens unitárias e nos maços de produtos de tabaco são: Amplas, claras, visíveis e legíveis;				
Ocupam 30% ou mais da parte frontal da embalagem e 25% da parte posterior;				
Com teor máximo de nicotina e alcatrão aceitável para cada produto de tabaco está de 1.5%g e 15%g respectivamente.				
Cada embalagem unitária e maço de produtos de tabaco, e cada embalagem externa e rótulo de tais produtos encontram-se, informações sobre os componentes e as emissões relevantes dos produtos de tabaco, tais como definidos pelas autoridades nacionais competentes?				
As advertências que descrevem os efeitos nocivos do consumo do tabaco em cada embalagem unitária e maços de produtos de tabaco, encontram-se escritas em língua portuguesa?				
As advertências em embalagens ou maços importados além de estar em língua portuguesa, não contém inscrições menos ilustrativas e claras do que as previstas no presente Regulamento?				
Utiliza-se embalagens de alimentos que simulem ou imitem as embalagens ou imagens de cigarros, bem como o uso de nomes e marcas pertencentes a produtos do fumo, derivados ou não do tabaco, sendo proibido?				

Artigo 8 - Não publicidade				
Recorre-se à incentivos directos ou indirectos, para fomentar a compra de produtos de tabaco pela população?				
As indústrias do tabaco e autoridades governamentais competentes, divulgam os gastos desta indústria em actividades de publicidade, promoção e patrocínios?				
É feita a publicidade do tabaco nos meios de comunicação social públicos, radiofónicos, televisivos, impressos e outros?				
É feita a publicação de produtos do tabaco nas capas de revistas ou publicação similar?				
Publicita-se os produtos do tabaco em painéis, cartazes, murais, estações de transporte público ou similar que se encontram na via pública?				
Artigo 10 - Redução da oferta de tabaco - Comércio de produtos de tabaco				
Verifica-se a venda por via postal, a distribuição de amostra ou brinde e a comercialização de produtos do tabaco em estabelecimentos de ensino e de saúde, sendo proibido?				
Verifica-se a venda de produtos do tabaco, distribuição de amostra ou brinde de produtos do tabaco em entidades da administração pública, sendo proibido?				
Em cada embalagem unitária de produtos de tabaco para uso na venda, encontram-se a declaração: "venda autorizada"?				
Artigo 12 - Interdição de venda de produtos de tabaco a menores de idade				
Permite-se a venda de produtos de tabaco a menores de 18 anos de idade?				
Aos vendedores de produtos de tabaco exige-se que: Coloquem nos seus postos de venda, um indicador claro e proeminente sobre a proibição de venda de tabaco a menores de 18 anos de idade e, em caso de dúvida, exigir que o comprador apresente prova de ter atingido a maioridade;				
Não coloquem os produtos de tabaco à venda directamente acessíveis como nas prateleiras de mercado ou de supermercado;				
Não vendam doces, comestíveis, brinquedos ou qualquer outro objecto com o formato de produtos de tabaco que possam ser atraentes para menores;				
Garantam que as máquinas de venda de produtos de tabaco sob seu controlo não sejam acessíveis a menores.				
Verifica-se a distribuição gratuita de produtos de tabaco ao público, e principalmente a menores?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Medicamentos/Medicamentos essenciais

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Diploma Ministerial 21/2017 – Regulamento de fixação de preços de Medicamentos				
Artigo 6 - Cálculo de preço do armazenista				
O preço em armazém de medicamentos é calculado com base no preço custo seguro e frete (CIF), ao qual foram adicionados, as despesas bancárias, de desembarço aduaneiro, portuárias e outros encargos directos com importação, até ao armazém do distribuidor, fixados no teto máximo de 9% calculado sobre o custo CIF?				
Artigo 6 - Cálculo de preço do retalhista				
O preço de venda de medicamentos ao retalhista é calculado com base no preço em armazém ao qual é adicionado:				
A margem de comercialização do importador – armazenistas, fixada em 23,5% sobre o preço CIF?				
A margem de comercialização do distribuidor para os encargos com transporte, por via ordinária para a colocação em todo o território nacional, fixada em 5% calculado sobre o custo CIF?				
Artigo 8 - Preço de Venda ao Público				
O Preço de venda de medicamentos ao público, é calculado com base no preço de venda dos medicamentos, aos retalhistas adicionado a margem de comercialização do Retalhista, fixada em 66, 3% sobre o preço CIF?				
O preço de venda de medicamentos ao público nas farmácias da FARMC é calculado com base no preço de venda ao público dos medicamentos, deduzidos 7% do mesmo ao qual é adicionado?				

Artigo 10 - Afixação de preços				
Os preços de venda de medicamentos ao público constam dos rótulos ou embalagens, impressos ou carimbados a óleo, em algarismos bem legíveis?				
Artigo 28 - Proibição de dispensa				
Verifica-se a dispensa de medicamentos, vacinas, produtos biológicos e de saúde não registados no País junto às autoridades de saúde?				
Verifica-se a dispensa de medicamentos em regime ambulatorio a título oneroso ou gratuito nos consultórios médicos, unidades sanitárias que não possuem farmácias devidamente licenciadas?				
As vacinas e outros produtos biológicos são dispensados nos postos de medicamento, estabelecimentos comerciais e farmácias com a excepção em farmácias que reúnem os requisitos devidamente autorizadas pelo órgão regulador?				
Artigo 31 - Venda e dispensa na rede comercial				
Os estabelecimentos comerciais na rede de comércio geral que comercializam uma lista mais restrita de medicamento definida, aprovada e actualizada, periodicamente pela entidade competente encontram-se devidamente licenciados para o efeito?				
O medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde, comercializados nos estabelecimentos comerciais são adquiridos nos produtores e importadores locais devidamente licenciados?				
Artigo 34 - Prescrição médica				
O medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde são vendidos e dispensados ao público mediante a apresentação de uma receita ou prescrição médica, à excepção dos fármacos classificados como não sujeitos à receita médica?				
O profissional envolvido na dispensa obedece às instruções médicas das prescrições, garante a entrega de medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde em bom estado de conservação e qualidade e, instrui o paciente para sua correcta utilização?				
Artigo 35 - Substituição de medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde				
Verifica-se a modificação ou substituição de qualquer prescrição médica pelos profissionais de farmácia, sem autorização expressa do prescriptor?				
Artigo 38 - Direito do paciente à informação				
Os profissionais que prescrevem e dispensam medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde fornecem informação terapêutica adequada ao paciente?				

Despacho de 19/06/2017 do Ministério da Saúde

Os medicamentos importados foram sujeitos a testagem analítica para a comprovação da qualidade antes do embarque a fim de garantir todos os produtos em circulação no território nacional são seguros, eficazes e de boa qualidade?

--	--	--	--

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva

Nome/ Designação Social:

Contacto telefone:

Contacto email:

Endereço:

Actividade a
Inspeccionar

Tabaco

Medicamentos/Medicamentos essenciais

Farmácia

Drogarias e Ervanárias

Amianto

Exercício da medicina privada

Clínicas de Aborto

Rótulos

Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras

Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas

Transporte de doentes e parturientes

Eliminação de produtos farmacêuticos

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Farmácia

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Artigo 27 - Farmácia				
A farmácia encontra-se estabelecida e gerida por uma entidade com licença emitida pela entidade que superintende a área da saúde e a sua Direção técnica é assegurada por um técnico de farmácia ou farmacêutico reconhecido pela mesma?				
Artigo 45 - Exercício da profissão farmacêutica				
Verifica-se o exercício da profissão farmacêutica por profissionais de farmácia com idoneidade profissional e registados na entidade que superintende a área da saúde?				
Artigo 46 - Normas éticas do exercício da profissão farmacêutica				
A Entidade privada é cumulativamente proprietária, sócia ou directora técnica de estabelecimento de assistência médica e de uma farmácia?				
Os médicos ou outros profissionais de saúde autorizados a prescrever medicamentos, vacinas, produtos biológicos e saúde são proprietários de farmácias?				
Verifica-se o exercício desleal da actividade farmacêutica, nomeadamente:				
Incitação à compra ou substituição de especialidades farmacêuticas, por razões comerciais?				
Dispensa de medicamentos de receita médica obrigatória, vacinas, produtos biológicos e de saúde, sem apresentação de receita médica?				
Decreto 21/99 - Regulamento do Exercício da Profissão Farmacêutica				
Artigo 4 - Proibições				
Verifica-se a fabricação, preparação, exportação, distribuição, comercialização, prescrição e dispensa de				

produtos ou preparados que se apresentem como medicamentos não legalmente reconhecidos?				
Verifica-se a fabricação, preparação, exportação, distribuição, comercialização, prescrição e dispensa de psicotrópicos, narcóticos e estupefacientes ou de outros que os contenham, para usos não legítimos do ponto de vista médico, farmacêutico ou científico?				
Verifica-se a publicidade e propaganda de qualquer tipo de medicamento?				
Verifica-se a prescrição de medicamentos pelos respectivos nomes de marca?				
Verifica-se a venda ao domicílio ou qualquer outro tipo público de medicamentos, não prevista por lei?				
Verifica-se a oferta directa ou indirecta de qualquer tipo de incentivos, obséquios por parte de quem tenha interesses directos ou indirectos na produção ou comercialização de medicamentos a profissionais envolvidos no processo de prescrição, dispensa e administração?				
Artigo 7 - Assistência a doente em perigo de vida				
Dentro dos limites dos seus conhecimentos, os profissionais de farmácia dispensam auxílio a qualquer pessoa em perigo eminente de vida, caso os socorros médicos não possam ser-lhe imediatamente prestados?				
Artigo 10 - Relações com o público				
Nas relações com o público, os profissionais da farmácia observam a mais rigorosa correção, cumprindo escrupulosamente o seu dever profissional e tendo sempre presente que se encontram ao serviço dos doentes?				
Artigo 11 - Relações com o corpo clínico				
Verifica-se por parte dos profissionais de farmácia a modificação de qualquer prescrição médica, bem como a substituição de um medicamento por outro, mesmo com as mesmas indicações terapêuticas, salvo se a substituição ou modificação for consentida pelo médico que tiver receitado, a quem o farmacêutico, em caso de necessidade, dirige-se directamente?				
Os profissionais de farmácia praticam actos que legitimamente pertencem aos médicos, e formulam quaisquer apreciações sobre o valor dos meios curativos prescritos ou sobre o diagnóstico da enfermidade de que o doente sofre?				
Artigo 14 - Ética profissional				
Os profissionais de farmácia abstêm-se de exercer a sua profissão como comércio, sendo-lhes vedado designadamente:				
Prestar qualquer conluio com qualquer membro do corpo clínico ou outras pessoas?				

Praticar qualquer acto que traga prejuízo ou benefício ilícito ao doente ou entidade a qual presta serviço?				
Colaborar com qualquer empresa de produção, armazenagem ou importação de medicamentos a qual tenha assegurada a necessária independência no exercício da sua actividade enquanto profissão liberal?				
Divulgar ou vender quaisquer medicamentos cujo valor ou inocuidade não estejam demonstrados de acordo com os métodos estabelecidos?				
Usar de embustes, especialmente práticas de charlatanismo, susceptíveis de afectarem o prestígio da profissão?				
Aproveitar-se do exercício de qualquer mandato político ou função administrativa para traficar influências?				
Artigo 20 - Definições				
Os estabelecimentos especializados na preparação, manipulação e dispensa ao público de medicamentos designados farmácias possuem no mínimo as seguintes divisões:				
Sala para atender o público?				
Laboratório?				
Anexo de laboratório?				
Instalações sanitárias?				
Os postos de medicamentos são estabelecimentos, propriedades da farmácia destinam-se à dispensa de especialidades farmacêuticas, possuindo no mínimo as seguintes divisões:				
Sala para atender o público?				
Instalações sanitárias?				
Artigo 21 - Alvará de farmácia				
As farmácias funcionam mediante alvará passado pelo Conselho do Medicamento?				
<i>Nota: para efeitos deste regulamento, não são consideradas farmácias ou serviços farmacêuticos dos estabelecimentos militares ou hospitalares e das instituições de previdência social, quando exclusivamente destinados a suprir necessidades funcionais.</i>				
Artigo 30 - Placas obrigatórias				
Verifica-se no interior da farmácia, em local e forma bem visíveis para o público o nome e categoria do director técnico, tal como se encontre na Caderneta de Registo de Nota de prática Farmacêutica?				
Verifica-se no exterior inscrito a palavra “ farmácia” de preferência em letreiro iluminado durante a noite e colocado de modo a ser visto com mais facilidade?				
Artigo 31 - Aviamento de receitas				
O aviamento de receitas ou entrega de medicamentos ou substâncias medicamentosas ao público são exercidos exclusivamente nas farmácias e nos estabelecimentos				

comerciais autorizados, por profissionais de farmácia devidamente autorizados?				
Artigo 35 - Livre escolha da farmácia				
Verificam-se práticas tendentes a contrariar o direito de livre escolha da farmácia pelo doente?				
Artigo 36 - Aquisição de Clientela				
As farmácias adquirem clientela por processos ou meios contrários à dignidade ou profissão?				
Artigo 37 - Actos contrários ao exercício da profissão				
Verifica-se a concessão de descontos, comissões, benefícios ou bónus sobre preços dos medicamentos oficialmente marcados ou atribuição de quaisquer dádivas tendentes a conceder uma vantagem ao cliente, não expressamente autorizadas?				
Verifica-se vantagens e facilidades, de qualquer natureza, concedidas a quem se dedica ao exercício ilegal da farmácia?				
Artigo 38 - Conservação e prazo de validade				
As farmácias mantêm-se permanentemente em estado de maior asseio e higiene, o mesmo se verifica em relação ao pessoal que serve?				
Nas farmácias encontram-se produtos em mau estado de conservação, cujo prazo de validade tenha expirado ou que, por outra razão não possam ou devam ser fornecidos ao público?				
Artigo 40 - Medicamentos dependentes de receita médica				
As farmácias fornecem sem receita médica:				
Antibióticos?				
Narcóticos, psicotrópicos e estupefacientes?				
Medicamentos e substâncias medicamentosas tóxicos ou outros que possam ser empregados como antígenésicos ou abortivos?				
Todos os medicamentos em geral de cujo rótulo conste, obrigatoriamente, que não podem ser fornecidos sem receita médica?				
Artigo 42 - Rótulos				
Os medicamentos acondicionados em embalagens comerciais encontram-se com os respectivos preços de venda ao público impressos?				
Nos casos em que os profissionais de farmácia procedem na farmácia à reembalagem de medicamentos, a embalagem encontra-se rotulada com os seguintes elementos:				

Número do formulário, nome genérico ou denominação comum internacional, dosagem, forma farmacêutica e prazo de validade?				
Quantidade total do medicamento dispensado?				
Posologia?				
Preço?				
Nas embalagens de medicamentos ou de substâncias medicamentosas destinadas ao uso externo é posta uma etiqueta impressa sobre fundo vermelho, com a inscrição "Uso externo"?				
Nos recipientes contendo loções ou emulsões é posta uma etiqueta impressa sobre um fundo azul, com a inscrição "Agite-se antes de usar"?				
Artigo 43 - Registo de receitas				
Existem em todas as farmácias um livro de registo de receitas médicas de modelo aprovado?				
Artigo 44 - Medicamentos; acondicionamento				
Os frascos, boiões, caixas e outros recipientes em que, nas farmácias ou quaisquer estabelecimentos que se acondicionam ou dedicam à venda de medicamentos e de substâncias medicamentosas, estão convenientemente ordenados e limpos?				
Artigo 45 - Documentos				
Verifica-se o cumprimento da obrigatoriedade de cada farmácia dispor de uma versão actualizada do Formulário Nacional de Medicamentos?				
Artigo 46 - Trespasse da Farmácia				
A farmácia foi trespasada antes de decorrerem 2 anos desde a abertura ao público?				
O trespasse foi comunicado por qualquer dos outorgantes ao Serviço de Inspeção Farmacêutica no prazo de 30 dias, tendo sido apresentada a certidão da escritura e Declaração do Director Técnico?				
Artigo 47 - Comunicação obrigatória				
A dissolução, fusão ou transformação de sociedade comercial proprietária de farmácia e a transmissão de parte social ou quota foram comunicadas, no prazo de 30 dias, ao Serviço de Inspeção Farmacêutica, respectivamente pelos administradores ou gerentes da sociedade ou por qualquer dos outorgantes na transmissão?				
Artigo 48 - Falecimento do proprietário				
Foi comunicado ao Serviço de Inspeção Farmacêutica o falecimento do proprietário da farmácia, a existência de cônjuge herdeiro legítimo, a celebração de acordo com a				

adjudicação da farmácia, o trespasse ou a cessão de exploração em resultado desse facto?				
A comunicação, acompanhada de documentação comprovativa, foi feita pelo cabeça-de-casal ou pelo interessado ao qual tenha sido adjudicada a farmácia, no prazo de trinta dias, a contar da data de falecimento, do acordo, da apresentação da petição ou da notificação que tenha posto termo ao processo de trespasse ou da cessão da exploração?				
Artigo 50 - Encerramento das farmácias				
Verificou-se o encerramento da farmácia sem que tenha sido comunicado ao Serviço de Inspeção Farmacêutica com antecedência de noventa dias?				
Artigo 52 - Profissional de farmácia responsável				
A Farmácia encontra-se a laborar sem farmacêutico ou técnico de farmácia responsável que assuma e exerça a sua direção técnica?				
Verifica-se a acumulação do exercício de direção técnica de farmácia com o desempenho de qualquer outra actividade de natureza pública ou privada durante o horário de abertura da farmácia?				
<i>Nota: A direção técnica pode ser assegurada pelo seu proprietário em nome individual ou por um dos sócios no caso de sociedade sempre que seja farmacêutico ou técnico de farmácia.</i>				
Artigo 59 - Direção Técnica				
O farmacêutico ou técnico de farmácia exerce a direcção técnica em mais de duas farmácias?				
Quando cumulativamente se verifique o regime de acumulação de direcção técnica de farmácias, este encontra-se autorizado nas seguintes condições:				
Os serviços normais de ambas as farmácias encontram-se assegurados pela presença de pelo menos um agente de farmácia formado e com mínimo de quatro de experiência profissional, por registo de prática farmacêutica?				
As farmácias estão localizadas na mesma área e distanciadas não mais que 20 quilómetros?				
Artigo 62 - Alvará				
Verifica-se na instalação de laboratórios de produtos farmacêuticos e de estabelecimentos destinados ao comércio a grosso de medicamentos e de substâncias medicamentosas a existência de um alvará?				
Artigo 63 - Instalação				
A instalação de laboratórios de produtos farmacêuticos e de estabelecimentos destinados ao comércio a grosso de medicamentos e de substâncias medicamentosas foi requerida ao Ministério da Saúde?				

Artigo 65 - Direção Técnica				
As empresas produtoras, grossistas importadoras e exportadoras de especialidades farmacêuticas e ou de produtos farmacêuticos, incluindo matérias-primas ou matérias subsidiárias, exercem a sua actividade sem director técnico, que de forma efectiva e permanente, assume e exerce a sua direção técnica?				
As empresas produtoras de medicamentos, matérias-primas ou matérias subsidiárias, para além do director técnico, integram nos seus serviços, um farmacêutico responsável pelo laboratório de controlo de qualidade?				
O director técnico de empresas produtoras, grossistas importadoras e exportadoras de especialidades farmacêuticas e ou de produtos farmacêuticos, incluindo matérias-primas ou matérias subsidiárias possui licenciatura em Farmácia ou Ciências Farmacêuticas, com título de especialista em indústria farmacêutica e encontra-se inscrito no Serviço de Inspeção de Farmácia?				
Diploma Ministerial 242/2011 - Licenciamento e Atribuição de Alvarás a Farmácias, Drogarias, Ervanárias e Postos de Medicamentos				
Artigo 3 - Propostas				
A abertura de farmácias, drogarias e ervanárias foi por concurso público, lançado pelo Departamento Farmacêutico do Ministério da Saúde, sob aprovação do Ministro da Saúde?				
Artigo 4 - Capacitação e distância				
A instalação de novas farmácias obedece as seguintes condições:				
A capacitação por cada uma das farmácias que ficam a existir em cada bairro urbano ou localidade não inferior a 7000 habitantes?				
Não se encontrar instalada nenhuma farmácia na área delimitada por uma circunferência de 100 metros de raio, cujo centro seja o local de instalação de uma farmácia?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Drogarias e Ervanárias

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Diploma Ministerial 242/2011 - Licenciamento e Atribuição de Alvarás a Farmácias, Drogarias, Ervanárias e Postos de Medicamentos				
Artigo 3 - Propostas				
A abertura de farmácias, drogarias e ervanárias foi por concurso público, lançado pelo Departamento Farmacêutico do Ministério da Saúde, sob aprovação do Ministro da Saúde?				
Artigo 34 - Venda nas drogarias e ervanárias				
As drogarias, estabelecimentos de ervanário e outros congéneres fornecem ao público as drogas e produtos químicos medicinais não manipulados que constam da lista elabora e trienalmente revista pelo Conselho do Medicamento e aprovada pelo Ministro da Saúde?				
As drogarias, estabelecimentos e outros congéneres possuem designações que podem estabelecer confusão com as farmácias?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Amianto

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Decreto nº 55/2010 - Regulamento sobre o Banimento do Amianto e seus Derivados				
Artigo 2 - Objecto				
Verifica-se a produção, o uso, a importação, a exportação e a comercialização do amianto e seus derivados?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Exercício da medicina privada

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Lei 24/2009 - Exercício da Medicina Privada				
Artigo 4 - Condições de autorização				
Verifica-se para o exercício da medicina privada a satisfação cumulativamente as seguintes condições:				
Ser pessoa singular privada ou colectiva de direito privado?				
Apresentar prova de idoneidade civil?				
Os directores técnicos reúnem cumulativamente as seguintes condições:				
Apresentar certificado de aptidão profissional na área da saúde, validade reconhecida na Republica de Moçambique?				
Apresentar prova de idoneidade profissional?				
Apresentar prova de exercício profissional contínuo durante cinco anos ou mais?				
Apresentar prova de registo profissional?				
Os técnicos sanitários empregados reúnem as seguintes condições:				
Apresentam certificado de aptidão profissional na área de saúde, de validade reconhecida na Republica de Moçambique?				
Apresentam prova de registo profissional?				
Apresentar prova de idoneidade profissional?				
Os profissionais do sector público reúnem cumulativamente as seguintes condições:				
Apresentam a autorização do director do estabelecimento a que estão afectos, com indicação do período permitindo para o exercício de actividade privada, que é sempre fora do seu horário normal de trabalho?				
Apresentam prova de cumprimento das condições contratuais?				



Artigo 5 - Reconhecimento e registo				
Verifica-se o exercício de medicina por médicos e o reconhecimento das suas qualificações profissionais mediante inscrição prévia na Ordem dos Médicos de Moçambique?				
Artigo 6 - Deveres e obrigações				
As entidades autorizadas a prestar cuidados de saúde praticam discriminação baseada na cor, sexo, raça, etnia, religião, local de nascimento, grau de instrução, profissão ou opção política?				
Artigo 12 - Criação e início de funcionamento das instituições				
A autorização de criação das instituições de medicina privada careceu de publicação no Boletim da República, a excepção da autorização para a assistência ao domicílio por profissionais singulares?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Clínicas de Aborto

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Diploma Ministerial 60/2017 - Normas clínicas sobre Aborto Seguro, Cuidados Pós-Aborto				
Artigo 3				
Verificam-se os requisitos abaixo para a realização do aborto:				
Idade gestacional máxima de 12 semanas?				
Em caso de doença crónica degenerativa ou mal formação congénita, clinicamente comprovada, ou por doença infectocontagiosa no período máximo de 12 semanas estendido até 16 a 24 semanas?				
Fetos inviáveis, cuja interrupção da gravidez pode ocorrer em qualquer momento de gestação?				
Violação sexual ou incesto directamente confirmada pela mulher ou rapariga, ou comprovada através de denúncia ou por queixa policial?				
Artigo 4				
O consentimento para a interrupção da gravidez é expresso na forma escrita?				
Artigo 8				
Os Serviços Clínicos do Aborto Seguro e Cuidados Pós – Aborto são oferecidos de forma gratuita nas Unidades Sanitárias?				
Anexo 1. Equipamento Essencial, Insumos e Medicamentos				
As Unidades Sanitárias que oferecem serviços de aborto seguro encontram-se apetrechadas com os equipamentos básicos necessários, instrumentos e consumíveis reabastecidos com regularidade (tais como analgésicos, antibióticos, soros, desinfetantes etc)				

Nota: ver na tabela 9 do presente diploma a lista de insumos básicos que devem estar sempre disponíveis em todas Unidades Sanitárias.

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Rótulos

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Despacho de 25 de Abril de 2014 - Acesso dos Delegados de Informação Médica aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde				
Artigo 7 - Rotulagem				
Verifica-se na rotulagem dos medicamentos as seguintes menções:				
Denominação para a venda (nome genérico ou comercial)?				
Forma Farmacêutica e dosagem?				
Número de lote ou código de identificação?				
Quantidade nominal no momento de acondicionamento (padronizar com o registo)?				
Precauções particulares do emprego sempre que a natureza do produto o justifique?				
Nome, firma ou denominação social e morada do fabricante, importador, embalador ou do responsável pelo lançamento do produto no mercado, sendo admissíveis abreviaturas não susceptíveis de promover equívocos quanto à identificação?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Lei nº 12/2017 - Lei de medicamento, vacinas e outros produtos biológicos para o uso humano e revoga a Lei nº 4/98, de 14 de Janeiro				
Artigo 8 - Produção				
A produção de medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde é realizada em estabelecimentos próprios, por entidades especializadas e devidamente licenciadas?				
Nota: Exceptuam-se as operações de preparação, divisão ou apresentação efectuadas nas farmácias para a preparação de fórmulas ou preparações magistrais e preparações galénicas oficiais que são objecto de regulamentação própria.				
Artigo 9 - Direção Técnica da Fábrica				
O Director Técnico possui no mínimo o grau de Licenciatura em Farmácia ou Ciências Farmacêuticas, com especialidade na área da Indústria Farmacêutica ou semelhante, reconhecida pelas entidades competentes?				
Artigo 11 - Obrigações do titular da autorização de produção				
Verifica-se o cumprimento dos aspectos enunciados abaixo, pela entidade titular de autorização da produção de especialidades farmacêuticas:				
Cumprimento das normas sobre "Boas Práticas de Fabrico"?				
Existência de pessoal qualificado, em matéria de produção e controlo de qualidade?				
Instalações, meios humanos, materiais e logísticos adequados?				
Artigo 13 - Autorização de importação, distribuição e exportação				
Os produtores e importadores ou distribuidores de medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde				

encontram-se devidamente licenciados pelas entidades competentes?				
O Medicamento, as vacinas, os produtos biológicos e de saúde do uso exclusivo no Serviço Nacional de Saúde possuem a indicação no rótulo “Para uso exclusivo no Serviço Nacional de Saúde”?				
Nota: A importação de medicamento, vacinas ou produtos biológicos ou de saúde de comercialização em pequena escala, devido a sua utilização especializada, é sujeita à forma simplificada de registo.				
Artigo 18 - Regime de comercialização				
Os medicamentos, vacinas, produtos biológicos ou de saúde comercializados no território nacional apresentam registo válido ou autorização concedida pelas autoridades competentes?				
Artigo 19 - Obrigação para comercialização				
O titular de autorização de introdução de medicamentos, vacinas, produtos biológicos ou de saúde informa a entidade que tutela a área de medicamento a data de início de comercialização efectiva no mercado nacional?				
O titular de autorização de introdução de medicamentos, vacinas, produtos biológicos ou de saúde informa com antecedência mínima de dois meses a data da suspensão ou cessação da comercialização efectiva, salvo casos de emergência?				
Artigo 20 - Aquisição de medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde				
Verifica-se o cumprimento dos seguintes requisitos de exclusividade por parte dos produtores e importadores ou distribuidores a grosso:				
Comercializar medicamentos, vacinas, produtos biológicos ou de saúde apenas às farmácias?				
Transacionar medicamentos, vacinas, produtos biológicos ou de saúde livremente entre si?				
Comercializar medicamentos, vacinas, produtos biológicos ou de saúde a estabelecimentos e serviços de saúde, públicos ou privados, e as instituições de solidariedade sem fins lucrativos, que disponham de serviço médico e farmacêutico, desde que os produtos se destinem a consumo próprio e se encontrem devidamente autorizados pelas entidades competentes?				
Comercializar medicamentos, vacinas, produtos biológicos ou de saúde a estabelecimentos e serviços de saúde, a entidades públicas ou privados a quem a entidade que superintende a área de medicamentos tenha autorizado?				
Permitir por razões fundamentais de saúde pública, o normal exercício da sua actividade, uma autorização de aquisição directa do medicamento em questão, desde que seja assegurado o acompanhamento individualizadas dos				

lotes e adoptadas as medidas cautelares e acessórias adequadas?				
Artigo 22 - Publicidade				
Verifica-se o cumprimento da proibição da publicidade de medicamentos, vacinas, produtos biológicos e de saúde, nas seguintes situações:				
Publicidade enganosa?				
Técnicas de venda como exposições especiais, amostras, cupões de desconto, prémios, descontos, vendas especiais, chamarizes, brindes ou presentes?				
Existe algum contacto directo ou indirecto, a título profissional, fornecimento de quaisquer elementos informativos, educativos ou relacionados entre os técnicos ligados à comercialização de medicamentos, vacinas, produtos biológicos e de saúde e com os utentes das unidades sanitárias públicas ou privadas?				
Artigo 23 - Publicidade enganosa				
A publicidade induz ou é susceptível de induzir em erro os seus destinatários ou prejudica os seus concorrentes?				
Despacho de 3 de Fevereiro - Registo de Documentos pelo Fabricante de Produto				
É autorizada, excepcionalmente, sem prejuízo do previsto na legislação que regula a matéria, a apresentação de documentação para o registo de medicamentos, pelo fabricante do produto, quando este assim o solicitar por motivo de sigilo de informação outro.				
Artigo 46 - Proibição de venda ao público				
Os laboratórios de produtos farmacêuticos e todos os estabelecimentos que se dedicam ao comércio por grosso de medicamentos e de substâncias medicamentosas vendem esses produtos directamente ao público?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Lei 26/91 - Autoriza a prestação de cuidados de saúde por pessoas singulares ou colectivas de direito privado				
Artigo 4 - Condições gerais de autorização				
Para o exercício das actividades previstas na presente lei, os proprietários interessados, satisfazem cumulativamente, as seguintes condições: Pessoas singulares ou colectivas de direito privado?				
Apresentam prova de idoneidade civil?				
Os directores técnicos reúnem cumulativamente, as seguintes condições: Apresentam certificado de aptidão profissional na área de saúde, de validade reconhecida na República de Moçambique?				
Apresentam prova de idoneidade profissional?				
Apresentam prova de exercício profissional contínuo durante cinco anos ou mais?				
Apresentam prova de registo profissional?				
Os técnicos sanitários empregados reúnem cumulativamente as seguintes condições: Apresentam certificado de aptidão profissional na área de saúde, de validade reconhecida na República de Moçambique?				
Apresentam prova de registo profissional?				
Apresentam prova de idoneidade profissional?				
Os profissionais do sector público, reúnem cumulativamente as seguintes condições: Apresentam autorização do director do estabelecimento a que estão afectos, com indicação do período permitido para o exercício de actividade privada, que será sempre fora do seu horário normal de trabalho?				

Apresentam prova do cumprimento das condições contratuais do funcionário?				
Artigo 12 - Criação a início de funcionamento das instituições				
A autorização de criação das instituições careceu de publicação em Boletim da Republica, excepto a autorização para assistência ao domicílio por profissionais singulares?				
Decreto 9/92 - Regulamento de Prestação de Cuidados de Saúde por Entidades Privadas				
Artigo 2 - Licenciamento e registo de Unidades Sanitárias privadas				
A petição de abertura de estabelecimento de prestação de cuidados de saúde foi acompanhada de documentos em regra exigidos para o licenciamento de atividades bem como de uma Memória Descritiva da qual constam os seguintes elementos: Planta natureza tipo capacidade localização funções e actividades a serem executadas?				
Descrição dos sistemas de abastecimento de água?				
Descrição do sistema de remoção de dejectos lixo hospitalar bem como das águas residuais e onde for necessário dos meios usados para a sua depuração?				
Indicação detalhada do sistema de esterilização do material médico e de penso?				
Quadro de pessoal com especificação das qualificações profissionais do director técnico e dos técnicos sanitários?				
Identificação descritiva do equipamento e material médico – cirúrgico essencial a ser utilizado pelo estabelecimento?				
Artigo 17 - Reconhecimento e registo				
Os profissionais de saúde que prestam assistência sanitária com carácter privado encontram-se registados?				
Artigo 20 - Reconhecimento e registo				
Os profissionais de saúde exercendo actividade privada prestam no mínimo 20 horas semanais de serviço numa instituição do SNS (Serviço Nacional de Saúde) a indicar pelo Ministério da Saúde mediante contrato?				
Artigo 26 - Condições de Início de funcionamento de estabelecimento sanitário privado				
Verifica-se o certificado atestando o licenciamento e registo do estabelecimento sanitário privado?				
Artigo 38 - Características técnicas e funções específicas dos estabelecimentos sanitários privados				
Cada hospital geral ou rural dispõem dos seguintes serviços, integrados no seu património:				
Sala de operações				
Serviço de urgência				
Laboratório				

Farmácia				
Morgue				
Incineradora ou outro sistema de tratamento de lixo				
Artigo 40 - Hospitais especializados				
Os hospitais especializados apresentam um médico especialista de cada área por cada 20 camas, sendo um director técnico?				
Os hospitais especializados dispõem de: Bloco operatório se se tratar de hospital cirúrgico, ortopédico, obstétrico ou de outras especialidades cirúrgicas?				
Sector de esterilização?				
Laboratório?				
Sector de raio x?				
Depósito de medicamentos?				
Cozinha?				
Lavandaria?				
Serviço de transporte de doentes?				
Incinerador e transporte de lixo?				
Morgue?				
<p><i>Nota: o laboratório e setor de raio x poderão vir a ser dispensados em pequenos hospitais quando haja possibilidade de recorrer desses serviços para outra unidade sanitária ou centro de diagnóstico.</i></p> <p><i>A Cozinha e lavandaria podem ser contratados a terceiros.</i></p> <p><i>Os hospitais apenas podem dispensar medicamentos aos doentes internados.</i></p> <p><i>A morgue poderá ser dispensada desde que na área exista serviço que garanta a rápida remoção de cadáveres para locais apropriados.</i></p>				
Artigo 44 - Centros de saúde de local residência				
Os centros de saúde dispõem de:				
Laboratório de análises clínicas?				
Farmácia que apenas pode dispensar medicamentos constantes no Formulário Nacional de Medicamentos (FNM) aos doentes atendidos nos serviços ambulatoriais do próprio centro e aos doentes internados?				
Artigo 51 - Clínicas e Consultórios Médicos				
O consultório médico dispõem no mínimo de um local para atendimento e observação do doente, com a privacidade adequada, uma sala de espera e sanitários?				
<p><i>Nota: Nos consultórios médicos é interdita a dispensa gratuita ou onerosa de medicamentos.</i></p>				
Artigo 55 - Postos de enfermagem				
Os postos de enfermagem privados realizam actividades de diagnóstico e de prescrição de medicamentos e vacinas, a excepção nos casos em que esteja em risco a vida do doente?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Transporte de doentes e parturientes

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Decreto 9/92 - Regulamento de Prestação de Cuidados de Saúde por Entidades Privadas				
Artigo 69 - Transporte de doentes e parturientes				
Os serviços privados de transporte terrestre de doentes obedece os seguintes requisitos:				
Efectuado por uma ambulância equipada com uma ou mais macas de acordo com a capacidade da viatura, sirene e pintura da palavra “ambulâncias” nas portas laterais à frente (ao contrário) e atrás bem como dispositivos luminosos de chamada de atenção?				
Efectuado por uma ambulância que possui meios de prevenção de incêndio e material básico de socorro?				
A ambulância tem as condições imprescindíveis de garantia de conforto e protecção do doente incluindo um mínimo de 2 lençóis e 1 cobertor por cada maca?				
A ambulância dispõe de motorista dois maqueiros e sendo possível técnico com treino em cuidados de urgência?				
Artigo 75 - Transporte de doentes e parturientes				
Verifica-se a utilização para outros fins das viaturas destinadas a transporte de doentes e parturientes?				

1 – Identificação da Pessoa Individual / Colectiva		
Nome/ Designação Social:		
Contacto telefone:		
Contacto email:		
Endereço:		
Actividade a Inspeccionar	Tabaco	
	Medicamentos/Medicamentos essenciais	
	Farmácia	
	Drogarias e Ervanárias	
	Amianto	
	Exercício da medicina privada	
	Clínicas de Aborto	
	Rótulos	
	Laboratórios, Comércio a grosso, Empresas produtoras	
	Prestação de cuidados de saúde por Entidades Privadas	
	Transporte de doentes e parturientes	
	Eliminação de produtos farmacêuticos	

2 – Identificação do Representante do Estabelecimento/Actividade
Nome:
Categoria Profissional:
Função:
Observações:

Eliminação de produtos farmacêuticos

Requisito	Não aplicável	Não	Sim	Nº
Diploma Ministerial 74/2016 - Procedimentos para eliminação de produtos farmacêuticos				
Artigo 8 - Procedimentos para eliminação de produtos farmacêuticos sólidos, semi-sólidos e pós				
Os produtos farmacêuticos sólidos, semi-sólidos e pós são removidos das embalagens secundárias mas deixando-os em suas embalagens primárias e colocadas em tambores limpos de plástico ou de aço, a fim de efectuar o tratamento de imobilização?				
As embalagens secundárias são eliminadas através de reciclagem ou incineração?				
A separação de materiais é feita da seguinte forma:				
Comprimidos e capsula em recipientes de plástico, primeiro são removidos das suas embalagens primárias, em seguida colocados em reservatórios de lixo com identificação?				
Comprimidos e capsulas em garrafa, primeiro são removidos dos recipientes de vidro e colocados em reservatórios de lixo com identificação <i>Comprimidos</i> efervescentes ou não, que vem em tubos, primeiro são removidos das suas embalagens secundárias, mas não das embalagens primárias e colocados em reservatórios de lixo com identificação?				
Pós que vêm em saquetas ou garrafas, primeiro são removidos das suas embalagens secundárias, mas não das embalagens primárias e colocados em reservatórios de lixo de identificação?				
No caso de grandes quantidades de um único tipo de produto farmacêutico, o superior farmacêutico verifica se não é um anti – infeccioso, estupefaciente e substâncias psicotrópicas ou ainda um antineoplásico?				

Comprimidos soltos são misturados em grandes quantidades de outros produtos farmacêuticos em diferentes tambores de aço de modo a evitar ter concentrações muito elevadas de um único produto farmacêutico no mesmo tambor?				
Artigo 9 - Produtos para eliminação de produtos farmacêuticos líquidos				
Verifica-se a descarga de produtos farmacêuticos diluídos em águas lentas estagnadas?				
Artigo 10 - Procedimento para eliminação de ampolas				
As ampolas são abertas, separando o líquido nele contido para um reservatório e o vidro para o outro, de modo a facilitar os passos subsequentes?				
O líquido que sai das ampolas é diluído, transportados e drenados em cursos fluviais de grande porte?				
Os vidros provenientes da separação de ampolas são triturados em superfície rígida impermeável (por exemplo concreto) ou num tambor ou ainda recipiente de metal usando um pau com martelo?				
O vidro é varrido e o farelo colocado em recipientes adequados, selados e depositados em um aterro sanitário?				
Os trabalhadores usam equipamentos de proteção adequados?				
Produtos farmacêuticos e antineoplásicos e antibióticos são tratados pelos métodos de encapsulamento ou inertização ao vez de esmagados e drenados para o esgoto?				
Artigo 11 - Produtos para eliminação de Desinfetantes				
Os desinfetantes diluídos são descarregados para um esgoto sob a supervisão de um Farmacêutico, num limite de 50 litro diário feita de uma forma faseada?				
Artigo 15 - Procedimento para eliminação de aerossóis				
Embalagens para Aerossóis e inaladores inutilizáveis são eliminados pelo método de encapsulamento e inutilizados no aterro, tendo em conta que se queimados ou incinerados, podem explodir em altas temperaturas, possivelmente causando danos aos Operadores, à caldeira ou incinerador?				
<i>Nota: os métodos de eliminação de várias categorias de produtos farmacêuticos são resumidos na tabela anexa ao presente diploma.</i>				



Comentários e Observações

MANUAL DO AGENTE ECONÓMICO
MÓDULO XII – SAÚDE

Sanções aplicáveis

Documento	Irregularidade	Ações Previstas	Multa aplicável
Diploma Ministerial 21/2017 – Regulamento de fixação de preços de Medicamentos	Uniformização de preços		
	Venda de medicamentos ao público por preços diferentes dos fixados no regulamento		Artigo 44 da Lei nº 4/98
	Nota: Exceptuam-se os medicamentos dispensados pelas farmácias anexas as unidades sanitárias do Serviço Nacional de Saúde.		
Lei nº 12/2017 - Lei de medicamento, vacinas e outros produtos biológicos para o uso humano	Suspensão e revogação da licença de produção		
	Não observância das condições que determinam a sua concessão	Suspensão e revogação da licença	
	Infracções Administrativas		
	Produção, importação, exportação, distribuição ou comercialização, de medicamento com dosagem fora dos limites de tolerância	Multa	101 a 199 Salários mínimos na Função Pública Em caso de reincidência: 200 a 299 salários mínimos da Função Pública podendo ser aplicada uma sanção acessória à suspensão da licença de comercialização, durante três meses.
	Venda de medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde cujo prazo de validade tenha expirado ou em que as do prazo de validade tenham sido viciadas, falsificadas, alteradas, adulterados ou impróprios para o consumo	Multa	200 a 299 salários mínimos da Função Pública
	Produção, importação, exportação, distribuição ou comercialização, de medicamento, vacinas, produtos biológicos e de saúde não registados no País	Multa	300 e 400 salários mínimos da Função Pública e encerramento imediato das instalações de produção

MANUAL DO AGENTE ECONÓMICO
MÓDULO XII – SAÚDE

	Subcontratação de terceiros para a realização de certas fases de produção ou de controlo, sem prévia autorização da entidade que superintende a área da saúde	Multa	300 e 400 salários mínimos da Função Pública
	Infrações relativas Importação, distribuição e exportação	Multa	200 a 299 salários mínimos da Função Pública
	Exploração ou exercício da actividade reservada as farmácias, laboratórios ou armazéns sem o alvará ou alvará caducado	Multa	400 Salários mínimos da Função Pública
	Infrações as disposições relativas à prescrição	Multa	200 a 299 salários mínimos da Função Pública
	Infrações relativas à publicidade	Multa	50 Salários mínimos da Função Pública Em caso de reincidência: 50 Salários mínimos da Função Pública; suspensão de actividade por 1 e 6 meses ou cancelamento do registo ou da licença
	Furto		
	Subtração fraudulenta ou desvio doloso de medicamento, vacinas e outros produtos de saúde humana	Punição nos termos do código penal	
	Uso de meios fraudulentos para utilização de medicamento, vacinas e outros produtos de saúde humana	Punição nos termos do código penal	
	Possuir produtos em estabelecimento comercial, farmácia, depósito ou armazém do medicamento de Serviço Nacional de Saúde ou Privado que não consiga provar sua proveniência lícita	Punição nos termos do código penal	

	Contrabando		
	Contrabandear medicamento, vacinas e outros produtos biológicos para uso humano	Multa	Multa equivalente à quantidade de produtos contrabandeados
	Outras infrações		
	Fabrico ou comercialização de medicamento, vacinas e outros produtos biológicos e de saúde por entidades que não disponham de direcção técnica	Multa	300 a 1000 Salários mínimos da Função Pública
	Produção, importação, exportação e distribuição medicamento, vacinas e outros produtos biológicos e de saúde, sem o respectivo certificado de análise	Multa	300 a 1000 Salários mínimos da Função Pública
	Falsificação da garantia de qualidade	Multa	300 a 1000 Salários mínimos da Função Pública
	Comercialização ou distribuição de medicamento, vacinas e outros produtos biológicos e de saúde alterados, adulterados ou falsificados	Multa	300 a 1000 Salários mínimos da Função Pública
	Medidas especiais		
	Fabrico ou comercialização de medicamento sem autorização ou cuja autorização tenha sido revogada ou suspensão	Multa Encerramento do estabelecimento por um período de seis meses a um ano Em caso de reincidência: encerramento definitivo e apreensão dos produtos a favor do estado	

MANUAL DO AGENTE ECONÓMICO
MÓDULO XII – SAÚDE

Despacho de 19/06/2017 do Ministério da Saúde	Sem sanções aplicáveis		
Despacho nº 59/2014 de 25 de Abril de 2014	Sem sanções aplicáveis		
Decreto nº 55/2010	A produção de amianto e seus derivados	Multa	120 Salários mínimos Em caso de reincidência 250 salários mínimos
	A Importação de amianto e seus derivados	Multa	250 Salários mínimos
	A exportação de amianto e seus derivados	Multa	180 Salários mínimos Em caso de reincidência o correspondente a 250 salários mínimos
	A comercialização de amianto e seus derivados	Multa	250 Salários mínimos
	O uso de amianto e seus derivados fora dos prazos previstos para o seu banimento	Multa	250 Salários mínimos
Despacho de 23 de Março de 2010	Sem sanções aplicáveis		
Despacho de 3 de Fevereiro - Registo de Documentos pelo Fabricante de Produto	Sem sanções aplicáveis		

Lei nº 24/2009 - Exercício da Medicina Privada	Suspensão e revogação de licença		
	Incompetência profissional, prática de graves actos de atentado à integridade física e moral dos utentes das instituições autorizadas a prestar cuidados de saúde	Suspensão de autorização de exercício de actividade (licença)	
	Exercício da medicina privada e abertura das instituições de medicina privada sem autorização	Encerramento da instituição e multa Em caso de reincidência: agravamento de multa e confiscação do equipamento a favor do estado	
Decreto nº 22/99 - Regulamento de Registo de Medicamentos	Artigo 15 - registo		
	Não comercialização do medicamento nos dois primeiros do período de validade do registo	Cancelamento do registo	
	Alteração aos termos de registo de medicamento não autorizada pelo Ministro da Saúde	Cancelamento do registo de medicamento	
	Artigo 30- Sanções		
	Comercialização de medicamentos no país sem obedecer os preceitos dispostos no presente regulamento	Confiscação dos medicamentos; Sanções previstas na lei ao titular do registo, seus representantes legais, importadores, armazenistas ou retalhistas	
Lei nº 26/91 - Autoriza a prestação de cuidados de	Sem sanções aplicáveis		

MANUAL DO AGENTE ECONÓMICO

MÓDULO XII – SAÚDE



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

saúde por pessoas singulares ou colectivas de direito privado			
Diploma Ministerial nº 242/2011 - Licenciamento e Atribuição de Alvarás a Farmácias, Drogarias, Ervanárias e Postos de Medicamentos	Sem sanções aplicáveis		
Diploma Ministerial nº 54/2010 - Lista de Medicamentos Essenciais	Sem sanções aplicáveis		
Diploma Ministerial nº 74/2016 - Procedimentos para eliminação de produtos farmacêuticos	Sem sanções aplicáveis		
Diploma Ministerial nº 60/2017 - Normas clínicas sobre Aborto Seguro, Cuidados Pós-Aborto	Sem sanções aplicáveis		

MANUAL DO AGENTE ECONÓMICO
MÓDULO XII – SAÚDE



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Gestão da Não Conformidade Agente Económico

Data da Inspeção	Tipo de Inspeção (1ª Inspeção, 1ª Reinicência, 2ª Reincidência)	Documento de referência	Artigo/ Cláusula aplicável	Descrição da situação detectada	Ação a implementar para corrigir o detectado	Prazo de implementação	Data da próxima Inspeção	Sanções Ação Aplicada / Multa aplicada (se aplicável)	Colaborador responsável pela implementação e acompanhamento da ação proposta